

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALDEIA NATIVA

Titulos e Documentos

## TÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES.

Artigo 1º - A "ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALDEIA NATIVA", é uma associação civil, sem fins econômicos, apartidária, livre e sem discriminação de qualquer natureza, de duração indeterminada, sendo regida pelo presente Estatuto e pelas leis em vigor ao que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALDEIA NATIVA terá sua sede e foro na cidade de São Vicente do Sul, na rua Sete de Setembro, número 998, bairro centro, no Estado do Rio Grande do Sul.

Artigo 3º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALDEIA NATIVA tem por finalidade apoiar e desenvolver ações e projetos nas áreas social, cultural e artística, tendo como público-alvo todos os segmentos (família, criança, adolescente, adulto e idoso).

PARÁGRAFO ÚNICO: As finalidades abaixo discriminadas configuram-se por meio de doações de recursos físicos, humanos e financeiros, do trabalho voluntário dos sócios e colaboradores à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALDEIA NATIVA.

I. Levantar e coletar informações e dados sociais, culturais e científicos locais e regionais;

II. Fazer parte integrante da rede de Assistência Social no município e região, defendendo e garantindo os direitos sociais da comunidade inclusive no âmbito cultural, seguindo os Princípios e Diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993);

III. Motivar e estabelecer convênios com entidades governamentais ou não governamentais nacionais e estrangeiras nos âmbitos cultural, científico, educacional e congêneres, com interesses similares à Associação Cultural Aldeia Nativa, para o desenvolvimento de projetos comuns, troca de informações, tecnologias e conhecimentos, para a realização de pesquisas, trabalhos de campo, exposições, palestras, eventos, cursos e atividades educativas sempre ligados ao interesse dessa Associação.

IV. Elaborar, debater e implantar projetos, programas e planos de ação que promovam o desenvolvimento social e cultural, fomentem o empreendedorismo cultural e que sejam do interesse da população de São Vicente do Sul e Região.

V. Fortalecer a cultura local e seus valores históricos, participando do mercado globalizado, sem perder a sua identidade.

VI. Contribuir para o fortalecimento do associativismo e cooperativismo das entidades sociais e culturais da região.

VII. Incentivar o voluntariado nas ações de caráter sócio cultural.

VIII. Impulsionar a geração de trabalho e renda através do fortalecimento da cadeia de produção cultural (III - a promoção da integração ao mercado de trabalho, Cap. I - Art. 2º - LOAS).

IX. Promover o intercâmbio cultural com entidades nacionais e internacionais que compartilhem de interesses comuns.

X. Manter serviços de informações e consultas, divulgando os conhecimentos adquiridos, através dos mais diversos meios de comunicação.

XI. Promover meios de instruir, esclarecer e orientar seus sócios às suas atividades.

XII. Promover o resgate da história do município de São Vicente do Sul e da região.

XIII. Promover e incentivar as diferentes manifestações culturais, primando pela ética, os bons costumes e o bem-estar-social.

## TÍTULO II – DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES.



*Titulos e Documentos*

Artigo 4º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALDEIA NATIVA é constituída por número ilimitado de sócios, os quais serão das seguintes categorias: FUNDADORES, CONTRIBUINTES, COLABORADORES e BENEMÉRITOS.

Artigo 5º - São SÓCIOS FUNDADORES, as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da entidade.

Artigo 6º - São SÓCIOS CONTRIBUINTES, as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a ser admitidos nos termos do artigo 11º, Parágrafo Único do presente Estatuto.

Artigo 7º - São SÓCIOS COLABORADORES, pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos e que forem apresentados e aprovados pela Diretoria Executiva, nos termos do artigo 11º, Parágrafo Único do presente Estatuto.

Artigo 8º - São considerados SÓCIOS BENEMÉRITOS, pessoas ou instituições que se destacarem por trabalhos que se coadunem com os objetivos e que forem apresentados e aprovados pela Diretoria Executiva, nos termos do artigo 11º, Parágrafo Único do presente Estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na categoria SÓCIOS BENEMÉRITOS e COLABORADORES serão admitidas pessoas físicas e jurídicas, devendo no caso de pessoa jurídica ser designado por esta um representante perante a Associação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os SÓCIOS BENEMÉRITOS ou COLABORADORES poderão vir a ser sócios efetivos, observando-se os seguintes critérios:

- I. Ser um associado há pelo menos dois anos com participação e frequência em 75% ( setenta e cinco por cento ) nas reuniões ordinárias e extraordinárias.
- II. Ser indicada pela Diretoria e Conselho Consultivo e aprovados pela Diretoria Executiva.
- III. Ter prestado trabalhos relevantes à Associação.

Artigo 9º - Constituem direitos dos sócios desta Associação:

- I. Comparecer às Assembléias Gerais;
- II. Votar e ser votado para qualquer cargo;
- III. Propor a admissão de novos sócios;
- IV. Recorrer das decisões da Diretoria para a Assembléia Geral;
- V. Participar de todas as atividades associativas;
- VI. Propor a criação e tomar parte de comissões, grupos de trabalhos e núcleos, quando designados para estas funções;
- VII. Requerer convocação de Assembléia, justificando convenientemente o pedido, desde que subscrito por 25% (vinte e cinco por cento) dos sócios;
- VIII. Ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestação de contas e resultados de auditoria independente;
- IX. Apresentar propostas, programas e projetos de ação para a Associação ;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Poderão votar todos os associados, sendo que, apenas os sócios FUNDADORES e CONTRIBUINTES poderão ser votados para cargos da diretoria executiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Associação Cultura Aldeia Nativa, nem pelos atos praticados pelo Presidente ou pela Diretoria Executiva.





**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os direitos dos associados, previstos neste estatuto são pessoais e intransferíveis.

**Artigo 10º.** - Constituem deveres dos sócios desta Associação:

- I. Observar e respeitar o estatuto, regulamentos, regimento, deliberações e resoluções da diretoria e conselhos da Associação Cultural Aldeia Nativa;
- II. Cooperar para o desenvolvimento e difusão dos objetivos e ações da Associação Cultural Aldeia Nativa;
- III. Comunicar por escrito, mudança de domicílio e telefone;
- IV. Em caso de necessidade de afastamento dos membros da diretoria executiva ou dos conselhos da associação, comunicar por escrito com antecedência de 30 dias;
- V. Contribuir para que a entidade se desenvolva na obtenção de seus objetivos.
- VI. Efetuar o pagamento da taxa de manutenção da entidade.
- VII. Obedecer ao estatuto da entidade.

### **TÍTULO III – DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS**

**Artigo 11º.** – A admissão de novos SÓCIOS CONTRIBUINTES, BENEMÉRITOS e/ou COLABORADORES dar-se-á pela indicação de algum dos sócios e aprovada por unanimidade dos sócios FUNDADORES e CONTRIBUINTES presentes na próxima reunião ordinária, através dos seguintes critérios:

- I. Apresentação por escrito a diretoria do nome da pessoa indicada com antecedência de no mínimo 10 dias da reunião;
- II. Ter um perfil compatível com o da Associação;
- III. Declaração de trabalho voluntária a Associação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Constarão da proposta assinada: nome do proposto, endereço, data de nascimento, profissão além de outros dados de interesse da Associação.

**Artigo 12º.** – Serão demitidos os sócios que:

- I. Solicitarem sua demissão por escrito, satisfeita possíveis dívidas com a associação;
- II. tiverem falecido;
- III. atentarem contra os ideais da associação;
- IV. Faltarem às obrigações e deveres com a associação;
- V. não desempenharem as funções atribuídas com habilidade e eficácia;
- VII. Na ocorrência de infrações, desvio de numerários e/ou patrimônio da Associação, devidamente comprovados;

**Artigo 13º.** – Os Associados serão excluídos, quando e por decisão da Assembléia ocorrerem:

- I. Infrações à quaisquer disposições estatutárias e/ou regimentais;
- II. Formas de expressão pública que prejudiquem a Associação ou que venham a provocar a desarmonia de seu funcionamento;
- III. Delitos, desvio de numerário e/ou patrimônio a Associação, devidamente comprovados;
- IV. Atos que impliquem em desabono e/ou descrédito a Associação e/ou de seus membros.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A exclusão de um associado implicará em sua demissão caso esteja com vínculo empregatício com a Associação Cultural Aldeia Nativa;

### **TÍTULO IV – FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO**

**Artigo 14º.** - O patrimônio social será constituído por bens móveis e/ou imóveis adquiridos e/ou recebidos em doação pela Associação, e pela contribuição dos sócios:





Artigo 15º. – A Associação obterá recursos financeiros através de patrocínios, donativos, subvenções, legados e verbas especiais de órgãos públicos ou privados, pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 16º. – Todo recurso financeiro que ingresse na Associação será destinado integralmente ao seu sustento, à formação de seu patrimônio, e à realização de seus projetos e objetivos, que terão sua ordem prioritária determinada pela Diretoria.

Artigo 17º. – A Associação não aceitará doações com encargos contrários aos seus objetivos, à sua natureza e à lei. As pessoas físicas e jurídicas que contribuírem para a Associação com doações, contribuições pecuniárias, renunciarão expressamente por si, seus herdeiros e sucessores, no ato de formalização da doação ou contribuição feita, a qualquer tipo de reembolso, mesmo no caso de extinção e/ou liquidação da Associação.

Artigo 18º. – Também serão receitas da Associação todas as que se originarem das atividades inerentes ao seu objetivo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Associação Cultural Aldeia Nativa não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.

## **TÍTULO V – CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E ADMINISTRATIVOS**

Artigo 19º. – Constituem poderes da Associação:

Assembleia Geral

Diretoria Executiva

Conselhos Consultivo e Fiscal

Artigo 20º. – A Assembleia Geral será constituída pelos sócios e as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Assembleia Geral se reunirá 01 (uma) vez por ano, no mês de março e, extraordinariamente quando se fizer necessário, ou por solicitação dos Sócios e Diretoria. Durante a reunião da Assembleia Geral serão discutidos programas a serem desenvolvidos no período seguinte, bem como será avaliado o desempenho da Associação no período anterior, sendo julgadas a contabilidade apresentada pela Diretoria. A convocação das Assembleias Gerais será realizada através de carta circular, edital com publicação em jornal local e demais meios de comunicação, com antecedência mínima de 08(oito) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - As Assembleias serão instaladas pelo Presidente da Associação ou seu substituto legal, em caso de impedimento do primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: - As decisões das Assembleias Gerais serão sempre tomadas por maioria de votos apurados entre os sócios Fundadores, Contribuintes, Colaboradores e Beneméritos.

Artigo 21º. – Compete à Assembleia Geral:

I. Eleger por maioria simples dos votos dos sócios presentes, a Diretoria, os membros do Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.

II Aprovar por maioria dos votos, a reforma dos Estatutos, quando proposta pela Diretoria ou por 2/3(dois terços) dos sócios, quando por estes proposta;

III. Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse da Associação.

IV. Destituir a Diretoria, assim como os Conselhos e aprovar as contas da Associação.



Artigo 22º – Um quarto (1/4) dos associados poderão promover a convocação da Assembléia Geral.

Artigo 23º – A Associação Cultural Aldeia Nativa será dirigido pela Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um periodo de 02 ( dois ) anos, podendo ou não ser reeleita e será composta de Presidente, Vice-Presidente, Diretor Financeiro, Vice-Diretor Financeiro, Secretario e ( 1º ) primeiro Vice-Secretário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os membros da Diretoria não serão remunerados no exercício das suas funções.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de vaga definitiva de qualquer membro da Diretoria, será a mesma preenchida mediante eleição da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.

Artigo 24º – A administração caberá ao Presidente o qual representará a Associação em Juízo ou fora dele ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral. Concede ainda poderes para nomear procuradores em nome da Associação, com poderes especificos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração. Neste caso, a nomeação se fará mediante e após aprovação da Diretoria Executiva.

Artigo 25º – O Presidente da Associação Cultura Aldeia Nativa, visando imprimir maior operacionalidade às ações da Associação, deverá assumir as seguintes atribuições:

- I. Coordenar e dirigir as atividades gerais e especificas da Associação;
- II. Celebrar convênios e realizar a filiação da Associação à instituições ou organizações congêneres;
- III. Representar a Associação em eventos, campanhas, reuniões e demais atividades do interesse da Organização;
- IV. Encaminhar anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, sobre os balancetes e balanço anual;
- V. Contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da Associação;
- VI. Elaborar e submeter aos sócios efetivos o orçamento e plano de trabalho Anual;
- VII. Propor aos sócios efetivos, reformas ou alterações do presente Estatuto;
- VIII. Propor aos sócios efetivos a fusão, incorporação e extinção da Associação, observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;
- IX. Adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembléia Geral;
- X. Elaborar o regimento interno e o organograma funcional da Associação, e submete-lo à apreciação e aprovação da Assembléia Geral;
- XI. Convocar o conselho fiscal, sempre que julgar necessário;
- XII. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto;
- XIII. Representar a Associação em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo delegar poderes a um ou mais procuradores;
- XIV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- XV. Autorizar as despesas necessárias à manutenção da Associação;
- XVI. Prover, interinamente, qualquer cargo que venha a vagar na Diretoria;
- XVII. Resolver todos os casos omissos nestes Estatutos, depois de ouvir os sócios;
- XVIII. Assinar, com o Secretário, toda a correspondência da Associação;
- XIX. Assinar, em conjunto com o tesoureiro, todos os cheques e demais documentos que importem em obrigações sociais;
- XX. Usar o voto de desempate, quando necessário;
- XXI. Assinar escritura de aquisição e venda de bens da Associação, com o Diretor Financeiro, após aprovação da Assembléia Geral;





XXII. Nomear coordenadores e membros de núcleos, comissões e grupos de trabalho, mediante aprovação da Diretoria Executiva;

XXIII. Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos, regulamentos que vierem a ser editados e as decisões das Assembléias Gerais;

Artigo 26º - Ao Vice-Presidente compete:

- I. Substituir o Presidente em seus impedimentos;
- II. Colaborar com o Presidente em seus trabalhos;
- III. Organizar, planejar e dirigir a execução dos serviços administrativos da Associação.

Artigo 27º - Ao Diretor Financeiro compete:

- I. Assinar em conjunto com o Presidente, todos os cheques e saques em bancos, bem como quaisquer documentos expedidos pela Tesouraria;
- II. Escriturar em forma contábil o livro caixa;
- III. Efetuar, mediante comprovante, os pagamentos e recebimentos de recursos determinados pelo presidente;
- IV. Manter depositados, em estabelecimento oficial de crédito, os valores da Associação;
- V. Assinar escrituras de aquisição e/ou recebimento de doação de bens da Associação, juntamente com o Presidente, desde que autorizados pela Assembléia;
- VI. Submeter mensalmente à Diretoria, anualmente à Assembléia Geral, um relatório pormenorizado da situação financeira da Associação.

Artigo 28º - Ao Vice-Diretor Financeiro compete assumir todas as atribuições do Diretor Financeiro na sua ausência ou impedimento.

Artigo 29º - Ao Secretário compete:

- I. Lavrar e assinar atas das reuniões da Diretoria e Assembléias;
- II. Fazer toda a correspondência da Associação;
- III. Dirigir os trabalhos da secretaria, tendo a seu cargo o arquivo da Associação;
- IV. Manter em dia o registro de sócios e controle de presença.

Artigo 30º - Ao Primeiro Vice-Secretário compete assumir todas as atribuições do Secretário na sua ausência ou impedimento.

Artigo 31º - Ao Conselho Consultivo compete:

- I. Como órgão de assessoria, opinar sobre todos os assuntos para os quais for consultado;
- II. Sugerir medidas à Diretoria para o desenvolvimento de negócios sociais;
- III. Reunir-se ordinariamente, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Associação;
- IV. Participar das Assembléias Gerais;

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho Consultivo é composto por três membros da Associação aprovados em Assembléia Geral para um mandato de dois anos.

Artigo 32º - Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstração contábil-financeiras da Associação, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
- II. Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da Associação, sempre que necessário;
- III. Comparecer, quando convocado, às Assembléias Gerais, para esclarecer seus pareceres;
- IV. Opinar sobre a dissolução e liquidação da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho Fiscal é composto por três membros da Associação aprovados em Assembléia Geral para um mandato de dois anos.





## TÍTULO VI – DOS NUCLEOS, COMISSÕES E/OU GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 33º – Com a finalidade de fomentar ações das diversas correntes de pensamentos, ficam criados os seguintes núcleos:

- I. Núcleo Tradicionalista Gaúcho;
- II. Núcleo Nativista Gaúcho;
- III. Núcleo Literário;
- IV. Núcleo de Artes Cênicas;
- V. Núcleo de Comunicação e Audiovisual.

Artigo 34º - as Comissões e/ou Grupos de Trabalho terão finalidades específicas de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, a critério da Diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderão fazer parte de Comissões e/ou Grupos de Trabalho, não sócios, que pelo seu conhecimento e dinamismo possam contribuir com as ações da associação.

## TÍTULO VII – DAS ALTERAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS

Artigo 35º - As disposições estatutárias sofrerão alterações mediante apresentação pelo Presidente, Diretoria e/ou Conselho Consultivo e aprovada por maioria absoluta em primeira convocação e nas seguintes, no mínimo 1/3 dos sócios, em Assembléia Geral.

## TÍTULO VIII – DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 36º - A Associação só será dissolvida com a aprovação de 2/3 (dois terços) da totalidade dos sócios, especialmente convocados, com antecedência mínima de 20(vinte) dias, para deliberar a respeito.

Artigo 37º - Dissolvida a Associação e satisfeitas todas as obrigações, seu patrimônio imóvel e seu patrimônio de bens móveis será destinado à outra(s) entidade(s) afim(ns), escolhida(s) pela Assembléia Geral, por maioria de votos.

## TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38º - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a Associação em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestações de avais, endossos, fianças e caução de favor.

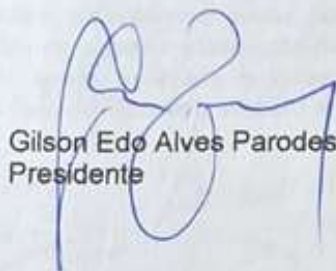
Artigo 39º - Na falta de disposições expressas neste Estatuto, o processamento das reuniões da Diretoria e Assembléias será suprido pelos usos, costumes e pela legislação específica que rege as Associações da espécie.

Artigo 40º - O presente Estatuto foi revisto conforme a nova legislação civil (Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2003) e aprovado pelos sócios conforme ata de Assembléia Geral de 01 de fevereiro de 2006, da qual constam os nomes dos mesmos, bem como os dos membros da Diretoria.

São Vicente do Sul, 01 de fevereiro de 2006.

O presente estatuto foi aprovado em Assembléia Geral, conforme Ata de nº. 001/2006 da Associação Cultural Aldeia Nativa.

  
Elio Vlademir Heman Cezar  
Secretário

  
Gilson Edo Alves Parodes  
Presidente

  
Dra. Maria Helena M. O. Disento  
OAB Nº 33600

Visto:

**SERVICO REGISTRAL DE TITULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO**  
**CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS**

**São Vicente do Sul, RS**  
**PROTOCOLO Nº 2.493, fls. 21, Livro A-2**  
**Em 23 de março de 2006.**

**REGISTRADO** sob nº 107, do Livro A-1, fl. 80, do Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Vicente do Sul, RS.  
**São Vicente do Sul, 23 de março de 2006.**

  
**Manoel Antonio de Oliveira Palmeiro.**  
**Oficial.**  
**E.R\$ 16,84**

Gilson Roberto Palmeiro  
Presidente

Edson Vilas Boas  
Secretário